

YURI CAMARA BATISTA

PIBIC

**Difusão de Novas Formas de Controle Social por
Movimentos da Sociedade Civil**

Estudo de caso: Santiago Ciudad Viva

Orientador: Mário Aquino Alves

Índice

Introdução	3
1. Referencial Teórico.....	7
1.1 Controle Social e Participação Popular	7
1.2 Participação popular: fenômeno ou qualidade da democracia?	9
1.3 Participação política no Brasil	11
1.4 Possíveis causas da alienação política	15
1.5 As propostas dos movimentos	17
2. Metodologia.....	20
3. Estudo de Campo	22
2.1 Dados históricos, socioeconômicos e políticos de Chile	22
2.2 Dados Socioeconômicos de Santiago	27
2.3 Origens do Movimento	28
2.4 Estágio Atual	29
2.5 Principais Ideologias	31
2.6 Relação com o poder público	32
2.7 Relacionamento com a mídia	34
Conclusão	35
Bibliografia	39

Introdução

O presente relatório de pesquisa tem por objetivo analisar as novas formas de relacionamento entre Estado e Sociedade Civil que ganharam força nos últimos anos, sobre foco principal nas associações da sociedade civil que tem como intuito de demandar políticas públicas e resultados sociais dos governos.

A participação do cidadão na política é um assunto de primeira ordem quando se trata de um Estado democrático. Um Estado democrático é aquele onde o poder emana do povo. Para que isto ocorra o sistema democrático exige um sistema eleitoral, que será a forma com que o povo elegerá seus representantes quais, em última instância, direcionarão decisões do interesse de seus eleitores.

Portanto, para que a democracia exista em via de fato, parte-se do pressuposto que o povo escolha seus representantes com sabedoria e que, durante e ao final de seu mandato, seja possível também avaliar seu desempenho para que o eleitor possa decidir se irá votar nele novamente ou não.

Uma sociedade onde o povo elege seus políticos sem senso crítico, não demandando resultados e não acompanhando as ações dos políticos eleitos, não é, na prática, um Estado democrático.

A óbvia argumentação, porém, encontra no Brasil (e seguramente em boa parte dos Estados democráticos) um forte empecilho quando observada algumas pesquisas. Segundo Almeida (2006), 71% dos brasileiros não lembram em que votaram nas eleições de 2002 e 1998. A gravidade deste problema para a democracia é facilmente entendida quando se lê o próprio título do capítulo: “se eu não lembro de você, nada lhe posso cobrar” (p. 34).

Sem dúvida, como, numa democracia, um cidadão pode cobrar um político por esta ou aquela ação, política pública ou lei prometida no período eleitoral? Seguindo o raciocínio de Almeida (2006):

Quem não lembra em quem votou não pode cobrar, não tem como acompanhar o desempenho de seu representante, não vai saber se ele estará cumprindo as promessas feitas, nem se ele é melhor ou pior do que outros políticos. A primeira informação necessária para acompanhar e fiscalizar o trabalho de um representante, sem a qual nada mais pode ser feita, é esta: quem foi o nosso escolhido. (p. 35)

Porém, a simples capacidade de lembrança do voto ainda não é suficiente, como fica claro nas próprias palavras de Almeida (2006). É necessário um cidadão participativo e bem informado, com conhecimento dos acontecimentos políticos que o envolvem. Neste raciocínio caminha Ilya Somin (2004), quando explicita:

Democracy demands an informed electorate. Voters who lack adequate knowledge about politics will find it difficult to control public policy. Inadequate voter knowledge prevents government from reflecting the will of the people in any meaningful way. Such ignorance also raises doubts about democracy as a means of serving the interests of a majority. Voters who lack sufficient knowledge may be manipulated by elites. They may also demand policies that contravene their own interests. (p. 1)

Com Somin (2004), está La Palombara (1982, p.419) apud Francisco (2006, p.57):

o voto é um dos meios de participar politicamente. Em sua concepção mais ampla, tal atividade incluiria: discutir política com amigos e procurar persuadi-los a respeito de alguma questão política; alistar-se em partidos políticos e trabalhar pelos mesmos; assistir reuniões políticas; arrecadar fundos (ou contribuir para os mesmos) em favor de candidatos ou partidos políticos – até mesmo concorrer a algum cargo político eletivo. (LA PALOMBARA, 1982, P. 419 apud FRANCISCO, 2006, P.57).

La Palombara (1982) apud Francisco (2006) está de acordo com Somin (2004) ao colocar no voto um papel de extrema importância para a democracia. O que acrescenta, no entanto, é que o voto não se limita em si apenas como uma ação de votar, mas imbuí outras conotações como a participação em si.

Analisando Somin (2004) e La Palombara (1982) apud Francisco (2006) com as conclusões de Almeida (2006), pode-se perceber que o Brasil possui graves deficiências em seu sistema democrático, não por uma questão do sistema

em si, mas porque a população brasileira parece estar pouco preparada para conviver em um Estado democrático, que exige dela sua participação e consciência política. Esta indiferença do brasileiro em relação à sua política é responsável pelo alto número de analfabetos políticos (termo do dramaturgo alemão Bertolt Brecht) no país.

Da mesma forma pode-se perceber que esta deficiência se apresenta até mesmo em países economicamente desenvolvidos como os Estados Unidos e não é preciso muitas evidências para levantar suspeitas que o mesmo se passa nos outros países da América Latina.

No caso nacional, este quadro pessimista da relação entre Estado e Sociedade Civil – embora também presente em outros países – certamente tem culpa nos altos índices de corrupção latentes, sobretudo em relação a práticas de clientelismo, nepotismo e fisiologismo, na gestão irresponsável e ineficiente, e no descaso muitas vezes verificado com camadas sociais de baixo poder aquisitivo. Com baixa participação, consciência e conhecimento, os maus políticos tornam a se eleger e dar prosseguimento a estas práticas indesejáveis.

Observando este quadro, este projeto de pesquisa começou a analisar alguns recentes movimentos da sociedade civil que têm como objetivo alterar este quadro, além de fazer uma intersecção com textos e artigos acadêmicos sobre o assunto. O movimento escolhido para estudo foi o movimento Santiago Ciudad Viva, no Chile, embora também se pesquisou movimentos gêmeos como Nueva Región Como Vamos, Movimento Nossa São Paulo, Nossa Ilha Mais Bela e Nossa BH.

Estes movimentos, de forma geral, procuram por meio do controle social dos governos locais, trazer melhores condições de vida para a população por meio de índices econômicos e sociais, fortalecimento da participação cidadã ou simplesmente o embelezamento urbano (NOSSA SÃO PAULO, 2009; NUEVA REGIÓN COMO VAMOS, 2010).

É certamente uma iniciativa que vai de encontro ao quadro de passivismo político, uma vez que, conforme será visto, demanda participação popular e engajamento político dos cidadãos. A importância deste trabalho se dá a partir do pressuposto que o entendimento destes movimentos permite o avanço no conhecimento e elaboração de práticas que corrijam as disfunções já ditas sobre a atual relação entre Estado e sociedade civil em seus respectivos governos locais.

O trabalho se divide em dois Capítulos mais a Conclusão. No primeiro capítulo, Referencial Teórico, serão estudados os conceitos que norteiam o tema em estudo. Aqui serão apresentando diversos teóricos sobre controle social, participação popular, sociedade civil entre outros, bem como estudado publicações destes movimentos buscando compreender o cerne dos movimentos destacados.

Já o segundo capítulo, Metodologia, tratará da coleta de dados através de pesquisa qualitativa realizada em Santiago Chile, no movimento Santiago Ciudad Viva, e os resultados desta coleta de dados, buscando comparar com os outros movimentos em foco.

Por fim, com todo este estudo pretende-se compreender o significado destes movimentos da sociedade civil para as sociedades democráticas e em que medida eles melhoram (ou não) a participação popular e os resultados econômicos e sociais dos governos locais (já que os objetos de pesquisas são todos locais). Estas e outras questões serão abordadas na Conclusão deste trabalho.

As principais questões que o trabalho tentará esclarecer tratam da relação entre a participação (de forma geral), a democracia e estes novos movimentos da sociedade civil.

1. Referencial Teórico

Para que se construa um debate em torno dos temas, primeiro será construído um entendimento sobre os conceitos de Controle Social e Participação Popular.

Após isso, será discutido sobre o relacionamento que se estabelece com os sistemas democráticos. Na continuação como se deu o processo de participação da população no Brasil e no mundo.

1.1 Controle Social e Participação Popular

A primeira discussão a se travar é quanto a diferença conceitual entre os termos Controle Social e Participação Popular.

Britto (1992) faz esta diferenciação explicando que o Controle Social nada mais é que um direito subjetivo cuja finalidade é permitir que particulares imponham uma demanda ao Estado, que deve cumpri-la na forma da lei (BRITTO, 1992).

No entanto, conforme salienta o autor, o poder não sai das mãos do Estado, uma vez que o Estado continua sendo o detentor do poder governativo, ou seja, a capacidade de produzir normas e fazê-las serem cumpridas. O Estado apenas acata pois é garantido constitucionalmente ao cidadão o direito de se expressar e cobrar determinadas medidas por parte do Estado. Não há, portanto, exercício de poder político pelo agente do Controle Social (BRITTO, 1992).

Já do lado da participação popular, Britto (1992) diz que, ao contrário do Controle Social, há de fato exercício do poder político pela população. Isto significa que o povo assume-se como "instância deliberativa" (BRITTO, 1992, p.120). Na Constituição Federal, conforme o autor, será entrelaçada constantemente a palavra "participação" com "deliberação", "gestão", "soberania" entre outros. Desta forma, conclui o autor: "aqui [participação popular], uma emanção da soberania popular, e, destarte, poder. Ali [controle

social], uma emanção da cidadania, ou da liberdade e, portanto, direito.” (BRITTO, 1992, p.120).

Em consonância com Britto (1992), está Siraque (2005), ao dizer que as diferenças entre estes conceitos é que enquanto participação popular é a partilha de poder político entre as autoridades constituídas e as pessoas estranhas ao ente estatal, o controle social é direito público subjetivo do particular, individual ou coletivamente, que submete o poder político estatal à fiscalização (SIRAQUE, 2005).

Da mesma forma, Kelsen (1990) põe que a participação popular significa

“as possibilidades abertas ao cidadão de participar do governo, da formação da vontade geral. Livre da metáfora, isso significa que o cidadão pode participar da criação da ordem jurídica” (KELSEN, 1990, p. 91).

Em sentido mais amplo Valla (1998) diz que

participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar as formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.). (VALLA, 1998, p. 9)

É possível perceber alguma diferença das observações de Valla (1998). Para ele, a participação, além de envolver a questão de exercício do poder político pela população, também envolve a própria fiscalização e avaliação, algo que poderia ser primariamente entendido como Controle Social.

O Relatório sobre a Democracia na América Latina do PNUD (2004), esclarece que a participação

em seu sentido mais amplo, pressupõe alguma forma estável de conexão com a tomada de decisões públicas, principalmente através da mediação de partidos políticos ou das organizações da sociedade civil. (PNUD, 2004, p. 159)

Todas estas definições de participação coincidem com a definição de *advocacy*, um termo de origem anglo-saxã, muito empregado nos países de

democracia desenvolvida. Segundo Brelaz e Alves (2009), *advocacy* é o ato de identificar, adotar e promover uma causa. A partir do momento em que alguém promove uma causa está, de fato, participando. No conceito jurídico a participação de fato só vai existir com a promulgação da causa no âmbito político. Mas para este trabalho o simples ato de *advocacy*, ou seja, o simples ato de promover uma causa e “lutar por ela”, já é por si uma processo de participação popular.

No entanto, pode-se perceber que, dado ao seu conteúdo mais holístico, a participação já engloba o controle social. Afinal, como pode o povo deliberar na política sem o conhecimento das atividades da mesma? Pode-se entender que o simples desejo de deliberar na política já estimula o cidadão ao controle social. São conceitos complementares embora com suas particularidades.

Ainda há outro termo amplamente utilizado, idêntico ao termo de Controle Social, que é participação política, também visto como participação social ou apenas participação. Estes termos normalmente vêm acompanhados de um sentido que indica indivíduos não alienados dos processos políticos, ou seja, pessoas que acompanham os processos políticos, votando com consciência e fiscalizando as ações do poder público (ALMEIDA, 2001), sem necessariamente participar, ou promover uma causa.

Desta forma, quando se falar de participação popular neste trabalho, também estará se falando de controle social, uma vez que, observando-os na teoria dos conjuntos, este está contido naquele. Porém, por controle social, participação social ou política, ou apenas “participação”, não necessariamente estará se falando de “participação popular”, pois aqueles, derivados de controle social, se referem apenas ao interesse e cobrança política de uma sociedade em cima das ações do Estado.

Partindo disso, deve ser observado o relacionamento que se estabelece entre participação popular (e portanto controle social) e democracia.

1.2 Participação popular: fenômeno ou qualidade da democracia?

Uma questão importante para ser discutida é a relação que se estabelece entre participação popular e democracia.

Uma destas é feita por Boaventura (2007). Ao dialogar sobre a diferença entre um Estado de Direito e Estado Democrático de Direito ela comenta que

a previsão de participação popular em todos os atos decisivos no exercício do poder é justamente a diferença entre o mero Estado de Direito, e um concreto Estado Democrático de Direito, conforme leciona Carlos Ari Sunfeld. (BOAVENTURA, 2007, p. 1) 10

Assim, para o autor, pode-se destacar que o ato de participação popular vai além de um fenômeno, mas atinge justamente o cerne que difere um Estado de Direito e um Estado Democrático de Direito. Em outras palavras, só haverá democracia de fato, com participação popular.

Nesta mesma linha de raciocínio, também se situa Gavronski (2006), que diz: a participação popular é a soberania do povo em ação, sua expressão concreta; é o efetivo exercício do poder político pelo seu titular. Como tal, é inerente e indispensável à democracia contemporânea. (GAVRONSKI, 2006, p.1)

Mais adiante o autor reforça novamente este significado da participação popular para as democracias: “A participação popular é da essência do conceito de Estado Democrático de Direito, assumindo-se como principal elemento distintivo deste último em relação aos modelos que o precederam” (GAVRONSKI, 2006, p.1). A participação, conforme o autor, acaba por legitimar o exercício do poder ao subordinar o Estado aos interesses do povo, uma alternativa ao “mero exercício formal da democracia” (GAVRONSKI, 2006, p.1). Observa-se que, tanto para Gavronski (2006) quanto para Boaventura (2007), a participação popular não é apenas um fenômeno desejado nas sociedades democráticas – trata-se do próprio exercício e atributo da democracia.

Este trabalho, no entanto, reconhece a inexistência de uma participação popular efetiva nos governos democráticos atuais, sobretudo o Brasil. Entende-se que, embora inequivocamente atributo típico da democracia, a participação

popular é um fenômeno recente que vem engatinhando aos poucos no mundo contemporâneo, especialmente no Brasil.

Por este motivo o estudo se pautará na participação popular e controle social como fenômenos, buscando compreendê-los desta maneira, as raízes de sua origem (ou não) na atualidade e suas características. Acredita-se que desta maneira seja possível compreender melhor as características da participação popular e controle social.

Se então a participação popular é este fenômeno deve ser perguntado agora quando, como e por que surgiu este fenômeno.

1.3 Participação política no Brasil

Uma questão pertinente ao tema deste estudo é como se dava a participação popular durante a história brasileira. Observando a participação na história de formação do Brasil, podemos entender os motivos dela se comportar desta ou daquela maneira no presente. É importante ressaltar que não será observado apenas “participação popular” na definição traçada páginas antes, mas sim no ativismo político do brasileiro como uma sociedade em prol de uma sociedade de acordo com as suas demandas.

Para isso, Alves (2000) faz uma retrospectiva histórica da participação popular no país. No período pré-republicano, como se sabe, a grande maioria da população brasileira não tinha direito de participação na vida política – entre eles negros, escravos, mecânicos, judeus, degradados e peões (ALVES 2000).

Até mesmo a proclamação da república foi feita sem observar os anseios da população, sendo apenas uma jogada das elites. Segundo Alves (2000), uma das primeiras aberturas para o movimento popular foi a Guerra do Paraguai, que atraiu negros escravos para servir de soldados. Isto significou o acesso dos pobres em um sistema militar que permitia o crescimento por méritos próprios (ALVES 2000).

Ainda conforme Alves (2000), isto seria um panorama que contribuiu para a queda do monarca anos mais tarde. Na República Velha a situação ainda não teve mudanças. O poder continuava nas mãos das elites e o povo não possuía meios efetivos de participação. No entanto, algum progresso havia sido feito quando se permitiu o "voto universal", excluídas mulheres, analfabetos, mendigos, menores de 21 anos, padres e soldados (ALVES, 2000).

Na Nova República, há pouca mudança. A própria revolução de 30, como se sabe, foi feita "antes que o povo a fizesse". Getúlio Vargas, no entanto, tomou algumas atitudes que beneficiariam, em tese, a participação popular, como o voto para as mulheres e analfabetos. Conforme Alves (2000), a participação popular continuava baixa, situação essa que somente se agravaria com a ditadura militar brasileira.

Sob decisão dentro do próprio governo militar, a ditadura foi aos poucos saindo de cena. Com a Constituição de 1988, esperava-se novos rumos para a participação popular. A criação do Ministério Público, a Lei de Defesa do Código do Consumidor, a defesa dos direitos fundamentais, do direito à informação e diversas outras leis e iniciativas provindas da Carta de 88 assegurariam uma participação política plena.

Não há como negar que, observando a história, recentemente a história brasileira está mais carregada de participação popular. Pode-se citar o movimento das diretas já, a manifestação pelo impeachment do ex-presidente Collor, os movimentos sociais dos homossexuais e outras manifestações.

Porém, vale lembrar as palavras de Almeida (2006): Aproximadamente 10% dos eleitores não são capazes, quando estimulados, de mencionar o nome do candidato a presidente ou governador por eles escolhidos quatro anos antes. [...] O máximo de esquecimento ocorre nas eleições para deputados. Nada menos que 70% dos eleitores afirmam não lembrar em quem votaram para deputado estadual ou federal que concorre em 1998 [...]. (ALMEIDA, 2006, p. 36)

Além de Almeida (2006), pode ser observada a alienação política¹ do brasileiro através dos votos brancos, nulos e da abstenção. Em 2002, conforme Francisco (2006) essa alienação política girou próximo de 25% tanto para a Câmara dos Deputados como para a eleição presidencial. Em anos anteriores a alienação foi pior, chegando a 36,2% para deputados em 1998 e 51,8% em 1994 (FRANCISCO, 2006).

Como pode uma parte do povo brasileiro sair às ruas para pedir o impeachment de um presidente, para pedir eleições diretas para presidente, e outra (literalmente, já que representaram 50%) simplesmente não votar? Isto parece estar muito além do voto para protesto, já defendido por setores da população. E está.

Conforme Francisco (2006) e Castro (2007) uma boa parcela dos votos nulos, brancos e abstinência provém de classes econômicas mais pobres. A conclusão se dá ao analisar a relação existente entre os municípios mais pobres e o grau de déficit eleitoral. Aplicando a correlação linear de Pearson, foi encontrada uma forte relação entre pobreza e déficit eleitoral (FRANCISCO, 2006).

Da mesma forma, Almeida (2006) em seus estudos sobre amnésia eleitoral, esclarece que o aumento da escolaridade (normalmente possível somente com o incremento da renda) de forma geral reduz a amnésia eleitoral. Portanto, uma análise conjunta e preliminar em Francisco (2006) e Almeida (2006) permite concluir que um incremento da renda (e então escolaridade) melhoraria a participação política do cidadão brasileiro.

¹ Entende-se por alienação política como a incapacidade de um eleitorado se orientar politicamente, resultando assim uma grande quantidade de votos nulos, em branco ou abstinência eleitoral (FRANCISCO, 2006; SCHWARTZMAN, 1961).

No entanto a questão é: será que somente o critério renda pode ser utilizado para se compreender esta baixa participação? Sobre isso, vale citar um pouco Somin (2004), quando estuda o eleitorado americano – reforça-se, com altíssima renda e escolaridade:

Perhaps the most disturbing result is that large majorities are unaware of the passage of some of the most important and controversial items on the Bush administration's domestic policy agenda: almost 70 percent did not know of the passage of the massive Medicare prescription drug benefit, and nearly 65 percent do not know of the recent passage of a ban on partial birth abortion. Similarly, 58 percent admit they have heard "very little" or "nothing" about the USA Patriot Act, the much-debated 2001 legislation that increases law enforcement powers for the claimed purpose of fighting terrorism. This survey result probably actually understates the number of respondents who know little or nothing about the act.² (SOMIN, 2004, p.5)

Cumprir dizer que o programa Medicare nos Estados Unidos é uma importante política na área da saúde do governo americano, que uma lei que proíba o aborto, um tema exaustivamente debatido sobretudo numa sociedade composta por protestantes calvinistas, muito provavelmente circulou nas principais mídias americanas e que o "USA Patriot Act" foi lançado no mês seguinte aos atentados de 11 de Setembro como tentativa de proteger a nação americana contra futuros ataques terroristas.

O texto de Somin (2004) vai mostrando outras questões em que o eleitorado americano está totalmente alienado. Portanto, a questão da participação na vida política não parece unicamente relacionada com renda. De certo, como Francisco (2006) e Almeida (2006) demonstraram matematicamente, a renda desempenha um papel relevante para evitar amnésia eleitor, mas se os

² Entende-se por alienação política como a incapacidade de um eleitorado se orientar politicamente, resultando assim uma grande quantidade de votos nulos, em branco ou abstenção eleitoral (FRANCISCO, 2006; SCHWARTZMAN, 1961).

Estados Unidos são um país rico e com uma escolaridade alta³ como pode ser considerado uma população onde há muitos ignorantes políticos (SOMIN, 2004)?

1.4 Possíveis causas da alienação política

Há questões apontadas por Brugué (S/D) que apontam na gradual formação da sociedade pós-moderna uma das possíveis causas para a alienação política. Para ele, a formação do Estado de Bem-Estar Social contribuiu para que a sociedade deixasse de ser dividida entre “cima-baixo” em alusão às classes sociais.

Isto é, enquanto no primeiro grupo há uma clara polarização entre os elementos sociais, sendo os de “cima” eleitores de partidos conservadores que defendam os interesses empresariais e os de “baixo” eleitores de partidos de esquerda que defendam os interesses dos mais pobres, no segundo é caracterizado pelo surgimento de uma classe média (BRUGUÉ, S/D). Conforme Brugué (S/D):

Los tradicionales signos de identidad de clase (voto a um partido determinado o afiliación sindical) tienden a debilitarse, al tiempo que aparecen nuevos signos identitarios más ligados a preferencias individuales de consumo o a estilos y formas de comportamiento grupales que a proyectos colectivos. [...] aparece una nueva clase media que, una vez superadas sus necesidades materiales básicas, concentra su atención en demandas y expectativas posmaterialistas. (p. 2)

Assim, o surgimento da classe média elimina a polarização da sociedade entre “os de cima” e “os de baixo” e dá maior valor às preferências individuais ou de

³ É possível ressalvas quanto à escolaridade nos Estados Unidos. Há muitas críticas ao conteúdo curricular americano e, sabidamente, os jovens americanos possuem notas mais baixas em ciência e matemática que os outros jovens de países desenvolvidos.

pequenos grupo, ao invés de projetos de cunho coletivo. O pós-materialismo é a superação do momento materialista, onde, satisfeita as necessidades de segurança e sustento, demanda-se autonomia e participação liberdade de expressão (BRUGUÉ, S/D).

Outro fator apontado por Brugué (S/D) diz respeito à individualização da sociedade. Em suas palavras:

La aparición de nuevas clases medias y de nuevas formas de exclusión social ilustra la emergencia de una nueva sociedad. Sin embargo, más allá de su visibilidad y notoriedad, ambos procesos son la manifestación de ambios que afectan a la propia concepción moral de esta sociedad. Una sociedad que há roto con las dependencias mutuas y que, de esta manera, ha visto como se diluye el nervio que le proporcionaba un sistema de responsabilidades compartidas. Los unos ya no nos sentimos responsables de los otros y, de esta manera, como sugiere Levinas, estamos dismantelando los cimientos morales de nuestra vida en común. (p.5)

Em seqüência, Brugué (S/D) associa a sociedade atual sob a égide capitalista pós-materialista. Assim, em sua conclusão, a sociedade torna-se uma sociedade “sem moral” (BRUGUÉ, S/D), onde não se deseja saber os assuntos alheios – “é problema seu”, “sociedade?”⁴ Não existe tal coisa!” (BRUGUÉ, S/D).

Está aí presente a noção de pós-modernismo com o extremo dos valores do hedonismo, individualismo e consumismo. O pós-modernismo, não só presente nas artes, aparentemente dominou o espectro da vida social e da participação política (BRUGUÉ, S/D; LIMA, 2004).

⁴ Claramente uma alusão à frase originalmente dita por Margareth Thatcher, ex-primeira-ministra do governo inglês.

Em similaridade com Brugué, está Almeida (2001). O autor questiona a globalização e o neoliberalismo e, por consequência, o pós-modernismo como responsável pelo processo de alienação política do indivíduo. Assim, o alienante predomínio das coisas sobre os homens, tem criado enormes barreiras para a tomada de consciência dos indivíduos, o que dificulta ainda mais a superação das dificuldades de participação política e a consequente inserção na sociedade globalizada.

O indivíduo não consegue ter domínio de um aparato mecanizado, que cria constantes necessidades, tenciona as relações sociais e dita as normas no mundo globalizado. (ALMEIDA, 2001 p.1)

O que se pode concluir da análise destes textos é que a condição pós-moderna é um fator de significativa alienação do indivíduo. Em casos como o brasileiro, em que historicamente já não se tem uma tendência de ativismo político, o produto é desestimulante.

1.5 As propostas dos movimentos

Tendo este cenário que congrega baixa participação política, alta corrupção dos governos, estes novos movimentos da sociedade civil parecem propor uma solução em alguma medida para estas dificuldades políticas na sociedade pós-moderna. É importante ressaltar desde já que, aparentemente, os movimentos não tocam na questão sociológica do pós-modernismo, no sentido de mudança destes paradigmas ou de sua correção, mas sim de propor um maior alinhamento entre a Sociedade Civil e o Estado.

No caso do Movimento Nossa São Paulo, a percepção deles é de que

a atividade política no Brasil, as instituições públicas e a democracia estão com a credibilidade abalada perante a população. Constatamos que é necessário promover iniciativas que possam recuperar para a sociedade os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa. (MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO, S/D)

Através disso, pretende o movimento transformar São Paulo em uma cidade mais justa e sustentável, através da apresentação e cobrança de metas em cima do governo.

Alguns focos de ação que se pode perceber no Nossa São Paulo é a capacidade do cidadão enviar idéias ou propostas para o movimento (MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO, S/D). Neste sentido trata-se de um nítido estímulo à participação popular aos paulistanos.

Já para o Movimento Nossa BH, de forma idêntica, pretende

propor a união de forças entre lideranças comunitárias, organizações sociais, empresas, cidadãos e cidadãos, tendo em vista o comprometimento da sociedade e dos sucessivos governos com uma agenda e um conjunto de metas que tenha como foco a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Belo Horizonte.

A principal finalidade do Movimento Nossa BH é identificar e monitorar indicadores de qualidade de vida e percepção dos moradores de Belo Horizonte sobre sua cidade. Inspirado em iniciativas de sucesso como o "Movimento Nossa São Paulo" e "Bogotá Como Vamos", o movimento pretende também desenvolver estratégias de comunicação e mobilização da sociedade em torno de propostas e reivindicações relativas à governança da cidade. (MOVIMENTO NOSSA BH, S/D)

Em consonância, o Movimento Nossa Ilha Mais Bela declara que

(...) nasceu (...) pela constatação de que é necessário haver maior participação cidadã lutando ao lado de todos os setores da Sociedade na construção da Ilhabela dos sonhos de todos nós. (MOVIMENTO NOSSA ILHA MAIS BELA, S/D)

Para isso, o movimento declara que sua atuação funciona da seguinte maneira (MOVIMENTO NOSSA ILHA MAIS BELA, S/D):

1. Geração de indicadores e pesquisa acerca da percepção do cidadão acerca deles
2. Sugestão e pressão dos políticos para que tenham uma agenda de acordo com estes indicadores
3. Acompanhamento da execução dos programas de governo

4. Busca da transparência da administração pública local
5. Investimento na educação cidadã da população
6. Estímulo à participação política da população local

O que se percebe em uma análise preliminar destes movimentos é que eles demandam políticas públicas do governo para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. É um avanço quando se considera cidadãos onde, como se viu, a participação na vida pública é muito baixa.

É uma proposta relevante quando se observa os dados analisados sobre a participação no Brasil. Nota-se que estes movimentos não buscam apenas uma agenda de Controle Social, nos termos anteriormente expostos por este trabalho, mas um ajuntamento de todas as peças: Controle Social e Participação Popular. A existência de indicadores prova isso: é ao mesmo tempo uma demanda da população, uma interferência dos cidadãos na agenda política, e ao mesmo tempo um controle por parte deles da gestão governamental.

Durante a próxima etapa do projeto de pesquisa, como se dirá, se tentará compreender melhor os anseios dos movimentos e a relação com o referencial teórico deste trabalho.

2. Metodologia

A metodologia consistiu na leitura de diversos artigos, livros, publicações acadêmicas, revistas, sites entre outros para se ter um material acadêmico diversificado que permita servir de base para o entendimento da questão da Participação Popular e Controle Social, além da dinâmica destas variáveis no Brasil e no mundo.

Procurou-se ler textos que em geral se contradiziam para prezar pela riqueza das informações e poder se traçar conclusões acerca dos temas que envolvem este trabalho. Além disso, buscou-se textos de autores estrangeiros pois entendeu-se preliminarmente que o fenômeno da participação popular não era exclusivo ao Brasil, mas do resto do mundo também.

Como o tema possui uma forte relação com a Ciência Política, mais especificadamente democracia e relacionamento entre governo e sociedade civil, buscou-se também dissertações e textos de especialistas no assunto. É o caso de Francisco (2006), PNUD (2004), Almeida (2006), Somin (2004) e Valla (1998). De outro lado, como é necessário relacionar a teoria política à realidade jurídica, aprofundou-se em especialistas do Direito brasileiro, como Kelsen (1995), Modesto (2002), Britto (1992), Boaventura (2007) e Gavronski (2006). Com toda essa bibliografia espera-se conseguir um diálogo adequado para se compreender o fenômeno da participação popular.

A segunda parte deste trabalho consiste na investigação qualitativa do movimento Santiago Ciudad Viva – Chile. Esta parte foi feita através de entrevistas com membros ativos do movimento Santiago Ciudad Viva e também através de pesquisa de documentos oficiais do movimento. Entre estes documentos encontram-se, por exemplo, o Estatuto Social do Santiago Ciudad Viva, o periódico “La Voz de La Chimba”, Infomes, estudos e pesquisas realizadas pelo movimento.

Em consonância com isso, foi feita uma pesquisa sobre alguns dados de contextualização do movimento, como dados históricos, econômicos, sociais,

jurídicos e políticos. A importância desta contextualização fica evidenciada quando se nota algumas distinções entre o movimento Santiago Ciudad Viva e seus correlatos em outras partes do mundo.

Em relação às entrevistas e o estudo de campo, escolheu-se três membros do movimento Santiago Ciudad Viva para uma entrevista, o Tomás Marin, Coordenador de la Red Activa por el Transporte Sustentable en América Latina y el Caribe; Patricio Lanfranco, Director Transporte y encargado de CV Producciones e Josefa Errazuriz, Tesorera y Sociologa. Estes membros gentilmente cederam um tempo de seus afazeres para conversar sobre o movimento e fornecer materiais adicionais para consulta.

Além disso, se conversou aleatoriamente com diversos cidadãos de Santiago a respeito do movimento, a fim de observar existência de sintonia entre alguns pontos do movimento e da sociedade civil, bem como se havia ciência por parte da sociedade da existência do movimento.

A escolha da cidade Santiago do Chile foi por causa de uma coincidência entre o tema da pesquisa e um intercâmbio que seria realizado pelo aluno a fim de estudar economia na Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC-CHILE)

Os principais pontos que se desejava saber estão de acordo com o Protocolo Inicial de Levantamento de Informações fornecido pelo orientador e equipe de pesquisa. Que se encontra nos anexos. De forma sintética, o levantamento se orientava em a) Origem do Movimento b) Estágio Atual c) Atores d) Dinâmica Organizacional e) Idéias/Ideologias f) Relação com o Poder Público g) Relação com a população e organizações de base, e h) Relações com a mídia.

Obtendo todos estes dados acerca do movimento, contextualizando-os e comparando-o com outros movimentos similares, espera-se com este trabalho de iniciação traçar uma linha de raciocínio com o Referencial Teórico e verificar a importância destes movimentos para a participação cidadã e em que medida eles trazem isso. Adicionalmente tentará se compreender alguns pontos-chaves dos movimentos que os faz exitosos.

3. Estudo de Campo

A seguir será estudado o movimento Santiago Ciudad Viva. No entanto para isso será realizada uma breve contextualização, apresentando alguns dados sobre a história, economia, cultural e política do Chile, uma vez que se entende que estes dados são necessários para se compreender qualquer ação social.

2.1 Dados históricos, socioeconômicos e políticos de Chile

História

Chile é um país sul-americano localizado no extremo ocidente do continente, fazendo fronteira com Argentina, Bolívia e Peru em um tamanho incomum de mais de 6 mil quilômetros de Norte ao Sul e apenas 175 quilômetros de largura. Seu idioma oficial é o espanhol.

A História do Chile é, em vários aspectos, muito semelhante à de outros países da América latina, que por trezentos anos foram explorados pela Espanha. (RAMÓN, 2003)

Durante a colonização espanhola houve uma resistência descomunal por parte dos nativos, os índios Mapuches, havendo uma quantidade de guerras consideravelmente “equilibradas”, se se considerar o fato do armamento espanhol dispor de tecnologias muito superiores a dos nativos. Entre estas guerras destaca-se a Guerra dos Araucos, que durou cerca de 300 anos, com severas baixas para ambos os lados.

O movimento de Independência do Chile entre 1817 e 18 libertou o país da dominação secular espanhola, porém deixou-o subordinado ao imperialismo inglês, uma vez que, a partir da década de 20 as oligarquias conservadoras associadas à Igreja Católica assumiram o controle político do país. Nesse sentido, a vida econômica do país continuou a basear-se no latifúndio agrário e pecuarista na região sul e na exploração mineral na região norte. (RAMÓN, 2003, p.61)

A sociedade era constituída por uma grande massa de trabalhadores assalariados e por uma pequena elite, sendo parte ligada ao latifúndio e parte ao setor exportador e financeiro. Nesta época muitos conflitos agitaram o país, em especial a Guerra do Pacífico contra o Peru. Essa elite se manteve no poder político até 1881, quando foi substituída por uma nova elite, caracterizada porém por uma postura liberal e nacionalista (RAMÓN, 2003, p.89).

A primeira metade do século XX o país conheceu momentos de desenvolvimento industrial e urbano, aproveitando-se das Guerras Mundiais, uma vez que o salitre, matéria básica para o engenho de armas explosivas, era vendido em grande escala pelo país. Ao mesmo tempo aumento a dívida externa, da inflação e a dependência em relação ao capital internacional aumentavam significativamente, assim como aconteceu com quase todos os países latino-americanos nesta época. Desde a década de 20 era o imperialismo norte americano quem detinha maior influência sobre a economia do país e controlava principalmente a exploração de minério (em especial o cobre).

Em 1964 a esquerda socialista ganhou força no país, marcando pelo projeto desenvolvimentista, apoiado em empréstimos externos, início de uma reforma agrária e o modelo tradicional dos países latino-americanos de substituição de importações. Estas medidas descontentavam sobretudo as elites de direita e em 1970 a esquerda viu seu fatídico dia quando sucumbiu o governo de Salvador Allende, socialista..

Inspirados pela Doutrina de Segurança Nacional, os militares, liderados pelo general Augusto Pinochet, aplicaram um golpe no governo de Salvador Allende, instalando a ditadura no país. A ditadura mudou todo o modelo político e econômico do país. Importando economistas da Universidade de Chicago para formar economistas ligados com a teoria neoliberal (o próprio Milton Friedman foi um destes economistas) o Chile iniciou um novo processo de desenvolvimento.

Assistidos pelo medo e pela repressão, os chilenos viram seu país despontar um crescimento econômico notável, que se seguiu mesmo depois o fim da ditadura.

O custo deste desenvolvimento foi alto para os chilenos. A quantidade de vidas perdidas para a ditadura chilena chegou a 3.200 em números oficiais, além de 28 mil pessoas torturadas e 2.279 desaparecidos (RAMON, 2003, pg. 212). A cultura do medo instalou-se no país, afetando profundamente as relações sociais no país, até os dias de hoje (RAMON, 2003, pg 215).

Economia

Hoje o Chile é um dos países mais ricos do mundo e especialmente da América Latina. Em 2006 era o maior PIB nominal da América Latina (WEF, 2009). Além disso o país possui o maior IDH da América Latina, com um valor de 0,826 (UOL, 2009). No entanto, em similaridade com os outros países da América Latina, o país mantém altas taxas de pobreza e desigualdade social, tendo um índice de Gini equivalente a 57,1%, o terceiro maior da América Latina (INSTITUTO POLITICA Y DEMOCRACIA, S/D).

Como foi dito, a economia chilena é extremamente liberal e voltada para o mercado. A taxa de juros do país, a título de exemplo, é de 1,5%, sendo que no início do ano era 0,5% (BANCO CENTRAL DE CHILE, 2010). Da mesma forma, o país possui a menor carga tributária da América Latina, menor até mesmo que dos Estados Unidos (PELLI, 2010).

A influência do neoliberalismo econômico, como se notou durante a convivência no país, é especialmente pregada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Chile), onde os economistas discípulos da escola de Chicago lecionam.

Política

É importante compreender o básico do sistema político chileno pois isso permitirá compreender melhor a atuação do movimento Santiago Ciudad

Viva. As diferenças entre os sistemas políticos chilenos e brasileiro permitirá ao leitor compreender as distinções entre a efetividade e atuação dos respectivos movimentos sociais e sua influência na política local. Por este motivo este tópico será mais explorado em relação aos outros nesta contextualização do movimento Santiago Ciudad Viva.

O sistema político chileno é um pouco distinto do sistema político brasileiro. A princípio que Chile não é uma federação. Sua forma de governo é altamente centralizada no "governo central", onde reside o presidente.

O Chile é dividido por "regiões", totalizando ao final em quinze regiões com finalidades puramente administrativas para o governo, não sendo portanto entes federativos onde o voto direto do povo determina seus representantes.

Cada região possui um Intendente. O intendente, de acordo com a Biblioteca del Congreso Nacional de Chile (1991), é definido pela Lei 19.907 como

el representante natural e inmediato del Presidente de la República en el territorio de su jurisdicción y en quien reside el gobierno interior de la misma. (Pg 625)

Assim, o Intendente, um representante direto do Presidente da República, é eleito pelo próprio Presidente da República. De acordo com a mesma Lei, suas funções são definidas da seguinte maneira:

El intendente ejercerá sus funciones con arreglo a las leyes y a las órdenes e instrucciones el Presidente, de quien es su representante natural e inmediato en el territorio de su jurisdicción (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 1991; Pg 625)

É importante observar aqui que, se ao passo que o Intendente é proporcional à figura do governador do sistema político brasileiro, ele não executa as mesmas funções de um governador, tampouco possui os mesmos poderes de um governador.

O Intendente não pode ser considerado uma figura política da mesma forma que o governador dos estados brasileiros o são. Ele não pode criar leis ou

agir diretamente em prol de alguma melhoria na população pois está subordinado aos ditames e políticas públicas da esfera central. Sua função é majoritariamente administrativa, pouco política. Isto vai ter sérios reflexos na ação dos movimentos sociais no país.

Abaixo do Intendente se encontra o Governador. Da mesma forma que o Intendente, o Governador é um cargo administrativo, eleito pelo arbítrio do presidente (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 1991; Pg 626). O Governador administra um território que será denominado de Província. A Província é uma região administrativa composta por 2 ou mais Comunas. No caso da cidade de Santiago (ou a Província de Santiago), há um total de 36 Comunas.

As funções de um governador confundem-se com a de um Intendente, no entanto possuem ainda menos flexibilidade, pois estão sujeitos aos ditames do Presidente e do Intendente.

Por fim, há o cargo de Alcade, correspondente ao cargo de prefeito nos municípios brasileiros. O Alcade é o segundo e último cargo do poder executivo eleito pelo povo. O Alcade administra o poder de uma Comuna, cujas dimensões podem variar de uma para outra. No entanto, tal como o Governador e o Intendente, o Alcade não pode criar leis – está submetido às leis federais. No entanto, o Alcade possui maior poder a medidade que está autorizado a construir obras de pequeno porte dentro de sua Comuna e é responsável pela ordem dentro dela. O poder de polícia, ou seja, a segurança interna, porém, está nos domínios do Governo Central.

Outra questão importante para se apontar no sistema político chileno está o seu sistema eleitoral, que se caracteriza como um Sistema Binominal. O sistema binominal busca criar um sistema bipartidário no país, quase que independente da vontade da população.

De maneira resumida, o sistema binominal vai eleger os políticos por base no partido, não pelo número de eleitores. Se um partido X recebe, por exemplo,

40% dos votos válidos, com 30% para o candidato A e 10% para o candidato B, contra 40% dos votos válidos de um partido Y, que tem 18% no candidato C e 12% no candidato D, os políticos eleitos seriam o A e C. Se ainda houvesse um partido Z, com os 20% restantes, sendo 20% de um candidato E, este candidato não entraria no parlamento pois seu partido não pontuou suficientemente.

Em outras palavras, a porcentagem de votos que detém o partido, é, proporcionalmente, o número de políticos eleitos, em ordem de mais votado, para o parlamento.

2.2 Dados Socioeconômicos de Santiago

Santiago é a capital do Chile, embora não seja uma cidade oficialmente, e sim uma província. Está localizada na Região Metropolitana de Santiago e é o centro cultural, administrativo, industrial e financeiro mais importante do país.

Possui ao total 36 comunas, que são como bairros administrados pelo poder público, cada um com seu próprio representante do povo e regimentos internos (não são como leis pois as comunas não possuem um Poder Legislativo).

No ano de 2002, a conurbação se estendia em 641,4 km² e tinha uma população de 5,428,590 habitantes (INE, 2005), o que equivale a cerca de 36% da população total do país.

A cidade de Santiago abriga importantes organismos governamentais (à exceção do Congresso Nacional, localizado em Valparaíso), financeiros, administrativos, comerciais e culturais do país. Também é sede da CEPAL, terceira cidade com melhor qualidade de vida na América Latina, depois de Montevideu e Buenos Aires (GAINZA, 2006). Finalmente, é considerada como a 53ª cidade com maiores ingressos do mundo, com um PIB de US\$91 bilhões em 2005 (INE, 2005).

Santiago também possui um impressionante IDH de 0,915, sendo o maior IDH do Chile e certamente entre os maiores do mundo (PNUD CHILE, 2004).

Neste contexto de alto padrão de desenvolvimento surgiu o movimento Santiago Ciudad Viva.

2.3 Origens do Movimento⁵

O movimento Santiago Ciudad Viva surgiu a partir do agrupamento de 25 organizações comunitárias locais (grupos religiosos, artísticos, residentes entre outros) cuja primeira que se opuseram à construção de uma avenida que danificaria o Rio Mapocho (CIUDAD VIVA, 2010). A ação deste agrupamento de diferentes organizações da sociedade civil foi bem sucedida e se impediu a construção da avenida. A partir desta empreitada se notou a necessidade de reunir a população em prol de causas sustentáveis e justas (CIUDAD VIVA, 2010). Por isso, em 14 de Maio de 1999, ocorreu a Assembléia Constitutiva que oficialmente originou o movimento Santiago, Ciudad Viva com Sonia Abarcas como presidente (CORPORACIÓN CIUDAD VIVA, 1999).

As primeiras ações do movimento constituíram em distribuir gratuitamente sua publicação “La Voz de la Chimba” nas portas de casas dos cidadãos santiaguinos. Devido aos custos altos, dificuldades na logística e ausência de farto quadro de funcionários, a publicação consumia quase todas as atividades do movimento. Seu financiamento vinha de doações de organizações parceiras e de um pequeno superávit provindo de eventos.

A ação rendeu bons frutos iniciais. Conforme os entrevistados, houve boa aceitação inicial e os cidadãos enviavam cartas e emails ao movimento mostrando-se interessadas na publicação e no trabalho do movimento. Indicam que foi um bom primeiro momento para ganhar destaque, pois não demorou muito para que a publicação ganhasse popularidade entre os munícipes e se

⁵ Todas as informações referentes ao movimento foram extraídas das entrevistas e da leitura de sua publicação “La Voz de La Chimba”.

tornasse um periódico com circulação comparável à circulação dos grandes jornais locais.

Com isto o movimento adquiriu uma maior visibilidade no quadro político pois freqüentemente mostravam problemas na cidade, propunham idéias e propostas para solucionar-los e criticavam a administração de alcades que não mostravam compromisso com o público. Desta maneira, os políticos passaram a se preocupar mais com a publicação e, gradualmente, foram se aproximando do movimento.

A princípio as maiores dificuldades do movimento estava em conseguir equilíbrio financeiro, provindo de receitas de eventos ou doações e gastos de pessoal e de sua publicação La Voz de La Chimba.

Segundo os entrevistados, não foi tão difícil o movimento ganhar visibilidade, pois tratavam de questões que estavam em sintonia com a sociedade civil local, como no caso de criticar a construção da avenida e por demandar maiores ciclovias. Isso se evidencia pelos emails que recebiam referente às suas publicações.

2.4 Estágio Atual

Atualmente o movimento Santiago Ciudad Viva se encontra em um ponto mais alto, porém aparentemente não o suficiente para se comparar com movimentos como Bogotá como Vamos ou o Nossa São Paulo.

O movimento recebe financiamento da União Européia que tem financiado projetos similares, segundo os entrevistados. Outras fontes de financiamento existem, normalmente de pequenos doadores ou de organizações parceiras (como a Artemisia), mas sua principal fonte de financiamento é, de fato, proveniente da União Européia.

Com esse financiamento, conseguem bancar sua sede, seu corpo funcional e sua publicação La Voz de la Chimba. Além disso, o movimento conta com uma

biblioteca dentro de sua sede, onde estão disponíveis para o público diversos livros relacionados à participação cidadã.

La Voz de la Chimba hoje tem um tiragem de 20 mil exemplares, maior que muitas outras mídias conhecidas. Através deste periódico, o movimento já conseguiu barrar alguns projetos e lutar por demandas, normalmente associadas com lazer e meio-ambiente.

Uma destas demandas envolve a pressão pela construção de mais ciclovias. Entre as ideologias do movimento está muito presente em suas atividades a questão socioambiental. Graças aos já conhecidos problemas de poluição, não só do ar, mas também sonora, muitas das demandas do movimento estão voltadas a esta linha.

Outros, não evitam porém fazem que seus responsáveis tentem reconciliar com o movimento. Foi o caso da construção do prédio da Universidad de San Sebastian. Esta universidade foi construída em frente ao Cierro San Cristovan, um importante morro turístico da cidade, bloqueando a visibilidade das pessoas que vêm da avenida principal. Descontente, o movimento criticou fortemente a universidade e fez uma paródia com seu slogan. Os gestores da universidade tentaram negociar com o movimento para que eles parassem com as críticas oferecendo uma parceria. Observando que isto na verdade mais se assemelhava a um "suborno" para que cessassem as críticas, o movimento recusou.

O movimento também tem alguns "agentes duplos", como foram descontraidamente chamados. Estes são pessoas que estão conectadas com o movimento, embora não sejam funcionários, doadores ou sócios, que estão envolvidas na política comunal e do governo central. Estas pessoas tentam pressionar na medida do possível medidas que chamem atenção para o movimento, levando suas demandas para a esfera central. Como exemplo mais alto disso está o ex-Ministro dos Transportes do governo central, que mantinha um relacionamento com a entidade.

No entanto, o movimento hoje conta com diversas dificuldades, isso pois ainda não possuem alto nível de reconhecimento em Santiago, seja na sociedade civil, seja no governo. Em consequência disso, o movimento **não** possui conjunto de indicadores para pressionar os governos locais a cumprir suas metas. A inexistência de indicadores certamente é o que deixa o movimento Santiago Ciudad Viva tão longe dos demais movimentos mencionados, como o Nossa São Paulo e o Nossa BH.

Esta dificuldade em captar cidadãos ativos, segundo o entrevistado Tomás Marin, sociólogo, muito provavelmente vem de uma cultura de medo, respaldo que seguiu inercialmente na cultura gerada pelo governo ditatorial do general Pinochet. Uma das suspeitas levantadas, é que as pessoas que viveram aquele tempo, que hoje são uma grande parte da população economicamente ativa do país, adquiriram uma cultura do silêncio, desconfiadas, e temerosas de dar sua opinião sobre os acontecimentos políticos, dada a extrema violência com que foi administrada a ditadura no país

Por essa razão, o entrevistado acredita que o movimento Santiago Ciudad Viva vai adquirir maior visibilidade nos próximos anos, quando a PEA atual vai aos poucos sendo substituída por uma nova, que faz parte de uma geração que não viveu a repressão e a cultura de silêncio, mas sim uma cultura de debates e confronto de opiniões, o que automaticamente os leva a uma participação nas questões políticas.

É, todavia, desejo dos participantes do movimento que sejam criados indicadores para cobrar o governo local.

2.5 Principais Ideologias

De forma geral, é possível perceber uma ideologia mais voltada para a participação do cidadão de modo a buscar por maior igualdade, desenvolvimento econômico e zelo pelo meio-ambiente. Em seu site, lê-se:

Creemos que la participación es un instrumento vital para

construir la sustentabilidad en sus tres dimensiones: equidad social, cuidado al medio ambiente, y un desarrollo económico compatible con las otras dos dimensiones.

A publicação “La Voz de la Chimba” mostra uma tentativa de se aproximar do cidadão. Suas matérias muitas vezes com teor crítico parecem puxar o cidadão para que adquira senso crítico de sua província.

No entanto, percebe-se que a maior parte das grandes interferência do movimento na cidade se dá através de projetos socioambientais. É o caso das ciclovias e da avenida que impediram de construir.

Isso provavelmente pelos impasses que a organização política do Chile traz ao movimento, como se verá a seguir.

2.6 Relação com o poder público

O movimento Santiago Ciudad Viva aparentemente tem uma dificuldade em conseguir dialogar propriamente com o poder público. De um lado, o movimento consegue valer suas demandas, como no caso da avenida e das ciclovias, de outro sua atuação parece se restringir a uma esfera pequena, com baixa interferência nas decisões políticas. Por outro, o movimento encontra severas dificuldades para interferir em outras questões, como Educação, Segurança e Saúde, considerados por muitos pilares essenciais de uma sociedade.

Isto pois, conforme dito, o sistema político chileno é completamente distinto do sistema político brasileiro. Existe basicamente as comunas e o governo central. Todas as outras instâncias, que no Brasil seriam federativas, com autonomia legislativa, no Chile são regiões administrativas, subordinadas ao governo central. Isto significa dizer que não possuem leis adequadas tampouco representam os cidadãos daquela região, mas representam sim o governo central, loco todos os cidadãos chilenos. Assim que suas políticas estão subordinadas aos ditames centrais, e não orientada para o interesse da população naquela região.

Para ficar claro, tome-se como exemplo a questão da educação. No Brasil ela é de competência federal, estadual e municipal. Um movimento da sociedade civil poderia pressionar um governo municipal para melhorar a educação de sua cidade, dentro dos limites impostos pela lei. O gestor público pode, junto com o corpo Legislativo local, criar políticas públicas próprias, como no caso da progressão continuada em São Paulo ou das cotas no Rio de Janeiro, construir escolas em lugares que acha mais adequado e gerir mais aproximadamente as escolas. Independentemente da efetividade destas políticas o que está em jogo é a independência do gestor público e sua proximidade com sua população. Deste modo, pode a população pressionar seu corpo Executivo e Legislativo para tomar esta ou aquela medida em prol da educação local.

No caso chileno, a regulação da educação é de competência do governo central. Desta maneira para conseguir alguma mudança, alguma política pública diretamente direcionada a uma localidade, deve haver uma pressão no governo central do Chile. Isto torna o processo extremamente vagaroso, oneroso e burocrático. Os cidadãos de uma determinada região tornam-se reféns dos interesses de todas as outras regiões e o gestor público tem se quadro reduzido a atuações meramente administrativas, totalmente limitado às leis centrais. A administração da educação até pode ser descentralizada, porém sem uma representação política de fato, e a centralização das leis no governo central, torna-se difícil a população conseguir mudanças.

Para o mesmo raciocínio vale a Saúde e a Segurança. Ambas estão subordinadas às leis do governo central. Se uma área se encontra com grande criminalidade, a atuação parece depender quase inteiramente da competência administrativa do gestor público local – um cargo nomeado pelo presidente. E normalmente a pressão da população é reduzida, pois a inexistência de voto para estes cargos enfraquece o poder da população.

Este exemplo ajuda a mostrar o porque é tão difícil para o movimento Santiago Ciudad Viva agir ativamente em diversas questões que os brasileiros chamariam de locais. A esfera de atuação “local” no Chile é na verdade quase o “geral”, o Chile inteiro, uma vez que não há governo locais, com os

poderes Legislativo e Executivo, que permitam uma maior proximidade entre o Estado e a população.

Assim, o Santiago Ciudad Viva mostra dificuldades pois muitas vezes se vê entrevado no sistema político chileno, que aparentemente não estimula tanto a participação popular.

O entrevistado Tomás Marin diz que, sem dúvida, este rigoroso sistema político é o que mais dificulta as ações do movimento. Mesmo assim, o Santiago Ciudad Viva ainda não possui propostas ou influência suficiente para interferir no sistema político chileno.

2.7 Relacionamento com a mídia

O Santiago Ciudad Viva possui uma tiragem do jornal La Voz de la Chimba superior a 20 mil exemplares, superior a de muitos outros meios de comunicação. É uma quantidade representativa para qualquer setor da mídia e representa um canal expressivo de diálogo e aproximação com a opinião pública.

Embora não sejam ainda conhecidos com a mesma proporção que o Movimento Nossa São Paulo ou o Bogotá Como Vamos, o movimento já saiu em outros meios de comunicação locais. Estes aparecimentos geralmente são de sua interferência nas questões locais, como ciclovias, avenidas ou eventos realizados de consciência cidadã.

Todos estes aparecimentos demonstram grande satisfação dos outros meios de comunicação, caracterizando o movimento por ter um bom relacionamento com os diversos meios de comunicação.

Conclusão

Após toda esta discussão diversas conclusões podem ser feitas. Fica claro através do estudo do Referencial Teórico a importância da participação popular e controle social para o bom funcionamento da democracia, bem como estas novas organizações da sociedade civil contribuem para isso.

Notou-se uma discrepância entre a teoria e prática, onde os cidadãos não conseguem exercer seus direitos, mesmo com a arma do voto. Isso se dá graças a uma gigantesca amnésia eleitoral e desinteresse que tem como uma das causas o surgimento da classe média.

Esta nova classe quebra o antagonismo antes existente entre “rico” e “pobre”, onde suas demandas político e ideológicas eram distintas e constituíam diferentes projetos nos planos políticos.

Além disso, pode-se citar no caso brasileiro uma cultura típica de alienação política, onde a população em geral sempre foi submetida aos interesses das elites, nunca tendo espaço para participar do processo decisório ou mesmo ter alguma influência nele. É difícil acreditar que um histórico de passividade política geraria um povo participativo.

Uma curiosidade que é interessante notar é justamente esta questão da cultura. Tanto o Brasil quanto o Chile tem um histórico de participação muito baixo, além de governos ditatoriais que instalaram uma cultura de silêncio (especialmente no caso chileno). Este pode ser uma importante pista para compreender a participação política em um país e isto abre espaço para diálogo com pesquisas envolvendo uma perspectiva histórica mais ampla.

Um povo que culturalmente está acostumado a ver as decisões serem tomadas em um prédio distante, com pessoas vestidas de preto cuja importância é além da imaginação – e falam centenas de coisas que ele não entende, mas que deve ser importante, provavelmente não será muito participativo, mesmo que

haja mecanismos para tal. Vai preferir deixar essa coisa de política nas mãos destes semi-deuses.

Além disso, a quebra dos paradigmas cima-baixo e de uma valorização do “eu” em detrimento da sociedade, traz a uma classe nascente não um sentimento de integração do sistema político, mas de distanciamento, onde o “político” deve servir seus desejos (que são individuais, não trazendo senso de coletividade) enquanto ela cuida de seu trabalho.

A que tudo indica, participação é sinônimo de cultura, e cultura é transmitido pela família e sociedade local. Se isto se confirma, então o problema brasileiro, que possui diversas iniciativas de participação e um sistema político favorável a isto, está justamente neste mérito, uma revolução na cultura de participação.

Sair na rua para pedir impeachment de um presidente, mesmo com todos os pontos positivos que têm, não deve ser visto somente como uma participação, mas também como resultado da falta de participação – é o ápice do silenciamento político anterior, do não-saber votar ou mesmo da vulnerabilidade às opiniões da mídia.

Os movimentos, então, são o contraposto deste cenário. Eles buscam puxar o cidadão de volta ao cenário da participação, mostrando ao cidadão suas esferas de ação e mobilizando-o para melhora de sua realidade local. O caso dos indicadores mostra esta relação de forma clara, pois oferece aos cidadãos uma maneira clara e didática de acompanhar o governo local.

Além disso, as diversas outras formas de mobilização, seja através de periódicos, eventos, reuniões com a população ou outras formas semelhantes, contribuem para a inserção do cidadão nas questões políticas locais e nacionais.

No caso do movimento Santiago Ciudad Viva nota-se uma certa dificuldade para se firmar um movimento como é o Bogotá Como Vamos e o Nossa São Paulo. Esta dificuldade se dá principalmente na dificuldade de articulação com

o setor público e com os cidadãos.

Neste caso ficou evidente que há fatores externos à atuação dos movimentos que ponderam fortemente em seu desempenho. Destes fatores, dois ficaram claros no caso Santiago Ciudad Viva: o primeiro é a existência de um sistema político que favoreça a participação; o segundo é uma população com uma cultura participativa.

No caso do sistema político talvez se possa imaginar que em sistemas federativos a participação se dá mais forte, pois a população tem maior poder no âmbito local, podendo pressionar por leis de melhorias de sua realidade. No caso chileno, um país não federado, esta impossibilidade e a centralização do poder nas mãos do governo central foram apontadas como grandes dificuldades para a atuação do movimento, uma vez que sua força para mudança de leis é muito fraca, e sua atuação acaba centrando nas limitações do poder executivo.

Sem dúvida nenhuma a profunda diferença entre o sistema político é o ponto sob o qual se inicia as diferenças entre o movimento Santiago Ciudad Viva e os outros movimentos estudados. Notou-se que por causa de um sistema centralizado, o movimento tem dificuldades em chegar até o setor público e conseguir pleitear suas propostas, o que o faz politicamente debilitado.

Enquanto os outros movimentos conseguem impor metas aos governos locais, conseguindo feitos até como criando um dia especial em que as pessoas não saem de carro, o Santiago Ciudad Viva consegue com muito esforço impedir construção de avenidas ou criação de ciclovias, dado os problemas políticos já explanados.

Já na cultura de participação, tanto o Brasil como o Chile possuem déficits de participação cidadã por razões quase sempre associadas à história. É o caso da dominação histórica das elites sobre o povo e também de governos ditatoriais que instalaram o medo na população, que se retira do processo de decisão política.

Para ambos os casos, é sem dúvida uma barreira para a atuação dos movimentos. No entanto a existência destes movimentos, avaliando sua proposta e sua atuação, nos mostra a possibilidade de construir realidades políticas com cidadãos mais engajados, e que não se autoexcluem do processo decisório.

Os movimentos trazem uma nova proposta, talvez um pouco diferente das organizações que nasceram no surto da década de 90. Em vez de fazerem um trabalho do governo, como um braço dele, estas novas organizações querem certificar-se que o governo realize suas promessas, aliando-se a eles. Trazem uma mudança no paradigma que muitas vezes separou os cidadãos dos políticos, aproximando estes dois personagens e incentivando a participação. São organizações que fazem uma verdadeira “ponte”, onde levam as demandas dos cidadãos aos governos e cobram para que sejam atendidas.

Desta forma, abre-se espaço para a criação de cidadãos mais cômicos, críticos e informados – o cidadão-premissa das democracias. É neste contexto que, gradualmente, esperamos ver a democracia se fortalecer no Brasil e no resto da América Latina.

Bibliografia

ALVES, F. W. A. Os 500 anos da participação popular no Brasil. Revista de informação legislativa, 37, n. 146, p. 203-208, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/591>>. Acesso em: 20 jan 2010.

ALMEIDA, A. 2006. Amnésia eleitoral: em quem você votou para Deputado em 2002? E em 1998? In : SOARES, G. A. D. & RENNÓ, L. (orgs.). Reforma política : lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

ALMEIDA, V. L. Globalização e participação política. Pós-modernidade, política e educação. Professor Holgonsi S.G. Siqueira, 2001. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/valmir.html>>. Acesso em: 27 jan 2010.

BANCO CENTRAL DE CHILE. Reunión de Política Monetaria. Banco Central de Chile, Santiago – Julho, 2010. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/prensa/comunicados-consejo/politica-monetaria/2010/rpm15072010.pdf>> Acessado em 23 de Julho de 2010.

BOAVENTURA, L. P. Controle Social e Cidadania. BVC – Biblioteca Virtual sobre a Corrupção. Controladoria Geral da União, 2004. Disponível em: <<https://bvc.cgu.gov.br/handle/123456789/787>>. Acesso em: 9 jan 2010.

BRÉLAZ, G. & ALVES, M. A. Civil Society organizations and advocacy: a comparative study between Brazil and United States. Comparative Social Research, Volume 26, 137–165. Emerald Group Publishing Limited, 2009.

BRITTO, Carlos Ayres. Distinção entre Controle Social do Poder e Participação Popular. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n° 189, p.121-122 , jul./set. 1992.

BRUGUÉ, Q. Políticas para la cohesión social: nuevos contenidos y nuevas formas. Universitat Autònoma de Barcelona, S/D.

CASTRO, M. M. M. Eleitorado brasileiro: composição e grau de participação. In: AVELAR, L. e CINTRA, A (Org.). O. Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Unesp, 2007.

CORPORACIÓN CIUDAD VIVA. Acta Consitutiva y Estatutos. Corporación Santiago Ciudad Viva - Santiago, 1999.

FRANCISCO, M. N. T. Democracia e déficit de participação política no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=38073941>>. Acesso em: 20 jan 2010. 22

GAINZA, P. P. Ciudades latinoamericanas en calidad de vida. Globalización.org, 2006. Disponível em: <http://www.globalizacion.org/opinion/GainzaIndiceCalidadVida_2006.htm> Acessado em: 14 de Junho de 2010.

GAVRONSKI, A. A. Participação popular. Dicionário de Direitos Humanos. Terça-feira 06 of Junho, 2006. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Participa%C3%A7%C3%A3o+popular>> Acesso em: 12 jan 2010.

INE – Instituto Nacional de Estadísticas. Chile: ciudades, pueblos, aldeas y caseríos. Instituto Nacional de Estadísticas. Santiago, 2005.

INSTITUTO POLÍTICA Y DEMOCRACIA. América do Sul – Índice de Gini. Instituo Política y Democracia, S/D. Disponível em : <<http://www.politica-democracia.com/al-america-sul/brasil-ind-gini.htm>> Acesso em 17 de Julho de 2010.

KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo, Martins Fontes; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1990.

LIMA, R. Para entender o pós-modernismo. Revista Espaço Acadêmico. N.35, Abril, 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/035/35eraylima.htm>>. Acesso em 29 jan 2010.

MODESTO, Paulo. Participação popular na administração pública. Mecanismos de operacionalização. SADireito, 4 fev. 2002. Disponível em: <www.sadireito.com.br/index.asp?lr=area.asp&area=5&texto=416>. Acesso em: 8 jan. 2007.

MOVIMENTO NOSSA BH. Institucional. Movimento Nossa BH, Sem data. Disponível em: <http://adminf5.new.divirtase.uai.com.br/divirtase/templates/ficha_nossabh?id_noticia=13303>. Acesso em: 29 jan 2010.

MOVIMENTO NOSSA ILHA MAIS BELA. Homepage eletrônica. Movimento Nossa São Paulo, Sem data. Disponível em: <<http://www.nossailhamaisbela.org.br/novo2009/?modulo=home>>. Acesso em 29 jan 2010.

MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO. Homepage eletrônica. Movimento Nossa São Paulo, Sem data. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/>>. Acesso em 29 jan 2010.

NUEVA REGIÓN COMO VAMOS. Descripción. Nueva Región como vamos, Sem Data. Disponível em: <http://www.losrioscomovamos.cl/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=81> Acessado em 16 de Maio de 2010.

PELLI, E. Carga Tributária. Infonet, Julho 2010. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/edmirpelli/ler.asp?id=62164&titulo=Edmir_Pelli> Acessado em 23 de Julho de 2010.

PEREZ, J. O princípio da democracia e o controle do orçamento público brasileiro. Revista Interesse Público Especial. Porto Alegre: Notadez, 2002. p.12.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). A democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos. São Paulo: LM&X, 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/publicacoes/democracia/index.php>>. Acesso em: 19 jan 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – CHILE (PNUD). Desarrollo econômico em Chile. Santiago, 2004. Disponível em: <<http://www.desarrollohumano.cl/pdf/2004/IDH-2004.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2010.

RAMÓN, A. Historia de Chile: desde la invasión incaica hasta nuestros dias (1500-200). Santiago: Catalonia, 2003.

SCHWARTZMAN, S. Alienação política. Mosaico 4, Revista do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Minas Gerais, maio de 1961, pp. 104-113. Disponível em <<http://br.monografias.com/trabalhos/alienacao-politica-povo/alienacao-politica-povo.shtml>>. Acesso em: 20 jan 2010

SIRAQUE, V. Controle Social da função administrativa do Estado: possibilidade e limites na Constituição de 1998. São Paulo, Editora Saraiva, 2005. SOMIN, I. When Ignorance isn't bliss: how political ignorance threatens democracy. Policy Analysis, n525, 22 de Setembro, 2004. Disponível em: <http://www.cato.org/pub_display.php?pub_id=2372>. Acesso em: 02 jan 2010.

UNIVERSO ONLINE (UOL). Chile tem melhor IDH da América Latina e do Caribe. Uol – 05 Out 2010. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/10/05/ult1808u147478.jhtm>> Acesso em: 04 de Julho de 2010.

VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1998. Available from <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1998000600002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Jan. 2010.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). The Global Competitiveness Index 2009-2010. The Global Competitiveness Report - 2009. Disponível em: <<http://www.weforum.org/pdf/GCR09/GCR20092010fullrankings.pdf>> Acessado em 04 de Julho de 2010.